

INFORME

INFORMATIVO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS Nº 69 AGOSTO/SETEMBRO DE 2012

ARTIGOS

Os três textos que abrem este número do Informe, de autoria dos professores Ricardo Ribeiro Terra (Departamento de Filosofia), Valéria de Marco (Departamento de Letras Modernas) e Renato Janine Ribeiro (Departamento de Filosofia), foram por eles apresentados na qualidade de Relatores escolhidos pela Congregação para o debate “Es-

trutura de Poder na Universidade”. O debate foi realizado em três sessões e obedeceu à seguinte sequência e relatorias: “Mérito, Participação e Eficiência” (Ricardo Terra), “Composição e Dinâmica dos Colegiados” (Valéria de Marco) e “Eleição para Reitor” (Renato Janine – cujo texto encontra-se publicado no Informe de nº 63).

PELA DEMOCRACIA NA USP

RICARDO RIBEIRO TERRA
PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

A discussão sobre a democracia na Universidade de São Paulo extrapolou os limites do campus e invadiu os meios de comunicação de massa, estando presente até na campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo.

Para dar um mínimo de consistência à discussão, é necessário esboçar o que seriam as especificidades da democracia na universidade e também pensar aquilo que é próprio ao estado de direito que está se consolidando em uma instituição pública no Brasil de hoje.

O diagnóstico que pretendo apresentar é o seguinte: há um déficit generalizado de legitimidade na USP. Esse déficit teria duas grandes causas, um déficit democrático e a precariedade do “estado de direito”. Em relação a este diagnóstico esboço duas propostas: a ampliação da esfera pública universitária e a elaboração de um novo regimento disciplinar (e a ampliação do código de ética). Acredito ser urgente uma transformação profunda na ação das autoridades universitárias, das associações e dos sindicatos com a construção de uma ampla esfera pública democrática universitária junto com consolidação de autoridades legítimas.

Tendo isso em vista, neste texto tratarei apenas de alguns aspectos da questão democrática na universidade. Não tratarei, por exemplo, dos empecilhos à vida democrática representados pelo desrespeito e não reconhecimento de demandas democráticas relativas à “raça”, gênero e diversidade de orientação sexual; também não tratarei da ampliação e do sentido da inclusão social: vestibular, quotas, moradia estudantil, bolsas sociais, por exemplo, e também não tratarei da situação excepcional da resistência civil legítima.

O FASCISMO DE ESQUERDA PAUTANDO OS MOVIMENTOS UNIVERSITÁRIOS

A democracia universitária é posta continuamente em xeque por grupelhos fascistas de esquerda. Explico-me de maneira esquemática. Apesar da noção de fascismo estar bastante gasta, pois é usada continuamente sem nenhuma precisão conceitual, apenas para desqualificar o adversário, ela ainda pode ter um significado crítico se for possível utilizá-la com certa clareza. O que entendo aqui por fascismo de esquerda¹ é a postura de certos grupos que consideram a democracia e o estado de direito vigentes

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR:

Prof. Dr. João Grandino Rodas

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**DIRETORA:**

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR:

Prof. Dr. Modesto Florenzano

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME:

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Modesto Florenzano (DH), Prof. Dr. Cicero Romão Resende de Araújo (DCP), Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho (DF), Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria (DLCV) e Sra. Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros (Membro Assessor).

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COORDENAÇÃO:**

Dorli Hiroko Yamaoka - MTb. 35815

Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros - MTb. 35814

REVISÃO:

Wiviane Ribeiro do Carmo

SECRETÁRIA:

Neusa Bispo de Oliveira

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Gráfica da FFLCH**TIRAGEM:** 700 exemplares

Sumário

ARTIGOS

PELA DEMOCRACIA NA USP 1

RICARDO RIBEIRO TERRA

COMPOSIÇÃO E DINÂMICA DOS COLEGIADOS 8

VALÉRIA DE MARCO

PROPOSTA DE MUDANÇA PARA A ELEIÇÃO DO REITOR DA USP 11

RENATO JANINE RIBEIRO

PRÊMIO E HOMENAGEM

PROFESSOR DA FFLCH RECEBE PRÊMIO DE TRADUÇÃO PELA

INSTITUIÇÃO SUÍÇA LOOREN 13

POR JULIANA PENNA

PROFESSORA DA FFLCH RECEBE HOMENAGEM POR PESQUISA

PIONEIRA 14

POR PAULO ROBERTO ANDRADE

MEMÓRIA

CEUPES – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS E ESTUDOS

SOCIAIS 16

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA

EVENTOS

EVENTO EM MEMÓRIA A ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI 19

POR PAULO ROBERTO ANDRADE

ENCONTROS DE ARTES AFRO-BRASILEIRAS:

TRADIÇÕES ORAIS E ARTES CORPORAIS 20

POR LUIS RICARDO BÉRGAMO 20

PROFESSOR ABRE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COM CRÍTICAS E

ALERTAS PARA OS FUTUROS PROFISSIONAIS EM ARQUEOLOGIA

NO PAÍS 21

POR JULIANA PENNA

ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO

A HISTÓRIA DO RELÓGIO DE PONTO 22

FRANCISCO CARNEIRO

PRODUÇÃO CIENTÍFICA 22

no Brasil atual como inexistentes ou como meros instrumentos de dominação da burguesia. De maneira mais ou menos clara, só veem uma saída na revolução que destruiria o direito burguês e o capitalismo. Têm uma visão absolutamente instrumental do direito e, como estratégia, pretendem usar os procedimentos democráticos e jurídicos para destruir a “falsa” democracia existente. A democracia real só se daria no socialismo/comunismo (real?).

A partir desses pressupostos, todos os meios são considerados legítimos e a estratégia básica consiste em buscar radicalizar qualquer movimento que possa aumentar a violência e a intimidação. Se a polícia detém usuários de drogas na universidade, os fascistas de esquerda provocam a polícia visando a criação de um conflito envolvendo o maior número possível de estudantes para, com isso, ampliar o fato. Se há algum movimento de protesto em relação a um tema qualquer, os fascistas de esquerda invadem a reitoria, o prédio da administração da FFLCH ou o CRUSP. Se eles perdem em uma assembleia estudantil, esperam a assembleia terminar e “convocam” outra assembleia em seguida, quando a maioria dos estudantes já foi embora, para, assim, conseguir que suas propostas sejam aprovadas.

O número de fascistas de esquerda na Universidade de São Paulo é pequeno, mas o efeito de suas atividades é bastante grande, pois em certo sentido eles pautam o movimento estudantil, o movimento dos funcionários e até o dos professores. O processo é o seguinte: com suas ações violentas eles criam situações que obrigam as autoridades universitárias a intervir. Então, contra a atuação da reitoria, ocorre a ampliação dos protestos com o envolvimento do movimento estudantil e da ADUSP. Nesse sentido, eles pautam as ações de boa parte dos movimentos universitários e, assim, conseguem ampliar o número de seus militantes.

Para entender esse processo, é necessário ver o comportamento de outros grupos universitários. Primeiro, um conjunto de professores e alunos que, diferentemente dos fascistas de esquerda, não acredita mais na revolução. Poderíamos denominar seus membros “marxistas chorões” ou o “grupo do

apocalipse”. Para eles, como se perdeu o momento da revolução, o mundo só pode piorar. Isto os diferencia radicalmente dos fascistas de esquerda. Fazem uma salada curiosa, afirmam que o processo de reificação do capitalismo atual leva à impossibilidade da democracia e que o determinismo econômico mundializado transforma a política em algo irrelevante. Daí vêm as consequências: afirmam que a dominação é total, que vivemos em um estado de sítio, que estamos em um campo de concentração e que a ditadura brasileira não acabou. O que sobra é a performance política, o que leva ao seguinte raciocínio: não importa a justificação política de uma ação. A ocupação da reitoria, por exemplo, pode ser equivocada, mas deve ser apoiada, pois o que importa é a sua performance. É uma espécie de estetização da política, que não é democrática, mas não é propriamente fascista, apesar de se assemelhar aos fascistas de esquerda na ação. Como, para eles, ainda vivemos em uma ditadura, em estado de sítio, o sistema jurídico e político tem apenas valor instrumental. O direito é, dessa forma, usado de maneira oportunista em função da ação.

De outro lado, há um grande número de pessoas a que poderíamos chamar democratas sociais ou socialistas democratas, não importa o nome. Eles estão presentes em todos os lugares, mas não se fazem ouvir porque não há uma esfera pública, um campo de debates na universidade. Voltarei a esse grupo adiante. Finalmente, não pretendo nesse diagnóstico me deter na atuação da direita.

PERDA DE LEGITIMIDADE DAS AUTORIDADES UNIVERSITÁRIAS E DOS MOVIMENTOS DE PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS

Quando o uso repetido da violência se alastrou há muitos anos (durante a reitoria do Professor Marcovitch), as autoridades universitárias agiram com espírito acadêmico e negociaram com paciência. Muitas vezes o reitor teve de despachar fora da reitoria, diversos acordos internacionais foram prejudicados porque os processos estavam no prédio ocupado, a Edusp teve várias de suas atividades prejudicadas já que seus escritórios na antiga reitoria estavam ocupa-

¹ Procuo atualizar o conceito que foi empregado por Habermas nos áspersos debates com Rudi Dutschke. Vale a pena retomar as discussões ocorridas entre professores da Universidade de Frankfurt e os estudantes nos anos 1967 a 1969, ler a correspondência de Adorno com Marcuse e analisar os acontecimentos que levaram Adorno, diretor do Institut für Sozialforschung, a chamar a polícia para desocupar o prédio do Instituto ocupado pelos estudantes. Ver: Kraushaar, Wolfgang *Frankfurter Schule und Studentenbewegung. Von der Flaschenpost zum Molotowcocktail 1946 bis 1995*. (3 volumes) Hamburg, Rogner & Bernhard bei Zweitausendeins, 1998. Conferir também: *Die Linke antwortet Jürgen Habermas*. Frankfurt, Europäische Verlagsanstalt, 1968.

dos, alunos foram lesados porque não podiam retirar seus diplomas, roubos e depredações de propriedades públicas foram suportados; tudo em nome do processo de democratização e do espírito universitário.

Os fascistas de esquerda nunca quiseram realmente negociar, apenas usam meios ilegais para desgastar a autoridade. Estratégia que é, inclusive, sua forma de sobrevivência, pois garante a ampliação de seus quadros. De certa forma, foram bem sucedidos com os dois reitores seguintes, já que conseguiram corroer a legitimidade das autoridades universitárias. As tentativas de negociação e diálogo por parte da reitoria foram vistas como fraqueza, o que incentivou ainda mais a repetição da violência. A violência só aumentou, não apenas com invasões, mas com piquetes violentos e “cadeiraços”. Com isso, houve uma perda de legitimidade das autoridades universitárias, que já não conseguiam garantir o estado de direito. Afinal, qual a legitimidade de um reitor ou de um diretor de faculdade que não consegue garantir a segurança pessoal e a liberdade acadêmica dos professores e dos alunos que querem ter aulas ou realizar suas pesquisas?

A questão da legitimidade, no entanto, tem sido discutida na universidade de uma maneira completamente diferente da que estou procurando caracterizar. Há um argumento curioso que inverte a ordem causal, atribuindo a origem dos conflitos recentes ao “autoritarismo” da reitoria. Um grupo invade e depreda a reitoria: se o reitor exige a retomada do prédio, ele é considerado autoritário; e a ADUSP, o DCE e o SINTUSP posam de vítimas e, o mais perverso, clamam por democracia. Surge, então, a afirmação delirante de que o déficit de legitimidade da administração universitária poderia ser diminuído pela eleição direta dos dirigentes. Essa é a pretensão de parte do movimento estudantil e, por incrível que pareça, também a de certos professores.

Procura-se, além disso, questionar a legitimidade do atual reitor porque ele foi o segundo da lista elaborada pelo conselho universitário. Ora, acredito que o legislador foi sábio em relação ao processo de escolha dos reitores. A lista tríplice elaborada pelo conselho universitário é o resultado de um complexo processo interno na Universidade de São Paulo. A possibilidade de o governador do Estado poder escolher um dos três candidatos dá maior legitimidade ao reitor, uma vez que o governador acrescenta à escolha interna da universidade a legitimidade de alguém que foi eleito pela maioria da população

do estado de São Paulo, que é quem paga os impostos. Querer que a escolha fique no âmbito da universidade é sinal do pior corporativismo. Dizer que o costume é o governador escolher o primeiro da lista é ir contra o acerto da legislação e reforçar o corporativismo. Se for um costume, é um mau costume, um sinal de que o governador teria de ceder ao corporativismo e seria obrigado a escolher o primeiro da lista.

Os partidários da eleição direta para reitor deveriam ver se alguma das melhores universidades do mundo tem esse processo. Verão que nenhuma universidade de padrão mundial escolhe seus dirigentes por eleição direta, pois a universidade não pode ser uma corporação “populista” e demagógica. É possível aperfeiçoar o método de escolha do reitor, mas em outra direção, talvez lançando mão de um comitê de busca. As vantagens de um comitê de buscas são muitas, principalmente por poder enfrentar, de um lado, o corporativismo, e, de outro, certos feudos incrustados no conselho universitário, elemento que também amplia consideravelmente o déficit de legitimidade da instituição. Outra questão relevante nas relações tensas entre autoridades universitárias e movimentos universitários é a dita “criminalização dos movimentos sociais”. Ora, se houvesse de fato criminalização de qualquer movimento social, a democracia seria atingida. Mas o fato de alguém participar de um movimento social não significa que esteja acima de todas as leis. Uma atitude contra o direito, como a agressão a um professor por um funcionário ou aluno não é aceitável só porque o funcionário ou aluno participa de um movimento social ou sindical. É um disparate a ADUSP assinar documentos exigindo a readmissão de um funcionário que foi demitido por agredir um professor. Professores, alunos ou funcionários que invadem prédios públicos, impedem o ir e vir de professores e funcionários e depredam ou furtam pertences de funcionários devem ser processados. Isso não é criminalização de movimentos sociais, é defesa do Estado de direito contra o fascismo de esquerda.

Entretanto, o déficit de legitimidade na universidade não diz respeito apenas ao reitor, mas também aos diretores de faculdades e chefes de departamentos, uma questão a que voltarei adiante. Infelizmente, já faz muito tempo que a ADUSP vem perdendo sua vitalidade e legitimidade, não conseguindo mais aglutinar a comunidade acadêmica para produzir uma reflexão coletiva sobre a universidade e a sociedade. Essa perda de legitimidade da ADUSP é

patente, basta ver as repetidas tentativas frustradas de greves, a pouca sintonia com a maioria dos professores, certo rodízio do mesmo grupo de pessoas na diretoria (na última eleição houve, finalmente, alguma renovação), publicações sectárias, em que não há debates com enfrentamento de posições divergentes, baixa participação nas assembleias e na eleição da diretoria da entidade (assembleias com 100 professores, diretoria eleita com pouco mais de 600 votos). Além disso, a ação da ADUSP também tem sido, em grande medida, indiretamente pautada pelas ações dos grupos fascistas de esquerda. Como não consegue propor nada muito relevante por falta de reflexão crítica e liderança, a ADUSP, com raras exceções, apenas reage aos acontecimentos de forma pouco refletida. Geralmente, mesmo que discordando retoricamente dos fascistas de esquerda, esquece rapidamente as divergências para se concentrar junto com eles na resistência contra qualquer política acadêmica propositiva.

A ADUSP deveria estar envolvida na constituição de uma forte esfera pública acadêmica, o que só é possível com a participação dos envolvidos em fóruns eficazes de esclarecimento e confronto democrático. Nesse sentido, é necessário que o dogma das assembleias presenciais seja revisto. Há um bom argumento a favor das assembleias presenciais – o esclarecimento e a formação coletiva da vontade. Alguém pode mudar de posição participando das discussões em uma assembleia. Ora, um fórum eletrônico temático também poderia cumprir essa função, e de maneira talvez mais ampla. Por outro lado, a baixa participação nas assembleias torna clara a limitação de sua legitimidade e tem como resultado que a maioria dos professores não segue as decisões das assembleias. A pretensão da diretoria da ADUSP e dos cem professores que participam das assembleias de ser a vanguarda da USP não pode mais ser levada a sério. A democratização da USP seria fortalecida com a ampliação da esfera pública acadêmica, por meio de discussões e votações através da internet, em tomadas de posição sobre questões relevantes como, por exemplo, greves. A ilusão da autodeclarada vanguarda está impedindo a ampliação do processo de democratização.

Não vou me deter no movimento dos funcionários. Convém apenas ressaltar que o SINTUSP tem a mesma diretoria há décadas e boa parte dela adota essa posição que estou chamando de fascismo de esquerda. Por outro lado, será que não há um regu-

lamento sobre o barulho no campus? O carro de som do SINTUSP pode atrapalhar as aulas e a pesquisa nas bibliotecas sempre que os diretores do SINTUSP desejarem? Não há nisso uma corrosão grave na legitimidade da prefeitura universitária?

O movimento estudantil, por sua vez, sofre um esvaziamento similar ao da ADUSP e acaba sendo pautado, em grande parte, pelos minoritários fascistas de esquerda. Nesses casos, a ampliação do espaço de discussão e decisão pela internet seria um fator de ganhos democráticos.

Dois exemplos de dificuldades no processo de democratização da universidade: a FFLCH e a Faculdade de Direito

Mudando o ângulo da discussão, gostaria de me referir a duas faculdades que, em certo sentido, têm uma dificuldade oposta. Uma por se julgar o centro da universidade, e a outra por ter dificuldade de se considerar parte da universidade. É evidente que estou fazendo uma caricatura da situação, e muitos professores das duas instituições não se encaixam nela.

A FFCL teve, sem dúvida, uma importante atuação contra a ditadura. A invasão da Maria Antônia e a resistência posterior por parte de muitos professores, alunos e funcionários enobrecem a história de nossa universidade. Outro elemento muito importante na história da faculdade está vinculado à fundação da Universidade de São Paulo, pois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras assumia, no projeto da nova universidade, a função de *célula mater*. Seguindo o modelo humboldtiano da universidade de pesquisa, a *célula mater* era constituída pelas ciências naturais, a matemática, as ciências humanas, filosofia e letras.

Nos anos 1960, entretanto, a *célula mater* se dividiu em várias instituições: os institutos de matemática, física, química, psicologia e, entre outras, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Mantendo a metáfora biológica, com a divisão celular, a biologia, a física, a matemática, a química e a psicologia formam hoje a *célula mater* da universidade com o mesmo direito que a FFLCH, sendo todas provenientes da FFCL.

Tem-se a impressão de que a FFLCH não se estabilizou até hoje. Não há um projeto acadêmico e científico que justifique a atual articulação dos cursos que compõem a faculdade. Além disso, por outros motivos, de tanto em tanto, há um movimento de alguns professores de filosofia e ciências sociais que acham a faculdade muito grande, ingovernável e gostariam de se separar da FFLCH.

A FFLCH, proveniente da divisão da *célula mater*, teve um papel relevante na luta contra a ditadura, mas tem tido dificuldade no processo de ampliação do estado de direito. Alguns exemplos: frequentemente os espaços estudantis ficam em estado degradado com “festas” não autorizadas; em nenhum dos prédios da faculdade foi possível ter uma lanchonete minimamente aceitável; e, o pior não se consegue nem mesmo garantir um mínimo de segurança para a feira dos livros, que teve de ir para a Poli. A violência estudantil virou algo habitual na faculdade. Nenhuma medida é tomada para proteger a liberdade de ensino dos professores, que são impedidos de dar aulas por piquetes violentos. Os chefes de departamento não estão conseguindo cumprir suas obrigações regimentais, nem os diretores da faculdade estão conseguindo cumprir as suas. Quero deixar claro que não estou criticando os atuais dirigentes que realizam um bom trabalho dentro das limitações que são, em certo sentido, estruturais (eu mesmo como chefe do departamento de filosofia, não consegui fazer nada de diferente dos atuais dirigentes da faculdade e dos departamentos).

A congregação da faculdade, por sua vez, protesta e elabora moções sobre uma gama ampla de temas, mas se omite em casos como o roubo de pertences de funcionários durante a ocupação do prédio da administração por estudantes, deixando para o CTA a tarefa de produzir uma nota tímida de solidariedade aos funcionários furtados por estudantes. Além disso, existem alguns fenômenos curiosos: frequentemente apenas a biblioteca da FFLCH fecha durante as greves.

Em suma, a democratização da faculdade é urgente. A consolidação do estado de direito é esperada.

De outro lado, encontra-se a Faculdade de Direito. É muito significativo o artigo assinado pelo diretor da faculdade contra o reitor e, em certo sentido, contra a universidade. Ser contra uma atitude do reitor é compreensível. O problema é que estava implícita, no artigo, uma postura contra a universidade. Parece que o diretor da faculdade, representando talvez parte significativa dos professores e alunos, se orgulha de a faculdade ter sido fundada de maneira isolada. Daí o orgulho da tradição paulistana de 150 anos na contramão da Universidade, que procura se vincular a uma tradição que remonta ao século XI e que sofreu profunda modificação no século dezenove alemão (não português) com a criação da universidade de pesquisa. Esta

postura talvez explique a baixa produtividade em pesquisa da Faculdade do Largo de São Francisco, diferentemente da Faculdade de Medicina e da Poli, que se transformaram e produzem conhecimento, além de formar profissionais. Apesar de também terem sido fundadas antes da USP, essas instituições entraram no espírito universitário da pesquisa porque, sem a sua integração no espírito da universidade humboldtiana não conseguiriam acompanhar nossos tempos.

Ora, sem uma Faculdade de Direito em um ambiente universitário, teremos dificuldades no processo de democratização da universidade. Talvez possamos esperar que a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, que nasceu dentro da Universidade, venha a cumprir esse papel.

Com esses dois exemplos é possível vislumbrar a complexidade de uma instituição grande como a USP.

PROPOSTAS: AMPLIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E REGIMENTO DISCIPLINAR

Algumas medidas são urgentíssimas, entre elas o estabelecimento de um “regimento disciplinar”. O fortalecimento do estado de direito na universidade exige que um regimento condizente com o processo de democratização seja aplicado com justiça e firmeza. Há um déficit de legitimidade na continuidade da aplicação de decretos com caráter autoritário. Por outro lado, a universidade não pode ficar em um vácuo normativo.

Boa parte da erosão da legitimidade das autoridades universitárias vem da inexistência de um regimento disciplinar atualizado e que possa ser exercido por todas as instâncias acadêmicas. No plano departamental, os chefes de departamentos são impotentes em relação a professores que faltam no dia de suas aulas ou pedem para que monitores deem suas aulas quando estão ausentes (aula sem a presença do professor é uma aberração, e chamá-la de seminário não muda nada), bem como em relação ao barulho gerado por festas e pela música durante o horário de aula. Ou mesmo fora do horário de aula, mas ao lado da biblioteca.

E os diretores de faculdades? Qual sua legitimidade se não conseguem apoiar os chefes de departamento? Daí a urgência do regimento disciplinar, que esclareça as competências dos chefes de departamento, dos diretores de faculdade e da reitoria na manutenção de condições acadêmicas e tranquilidade para a pesquisa. As festas estudantis constituem um inte-

ressante elemento para o diagnóstico da perda de legitimidade dos diretores.

Na FFLCH, por exemplo, é comum os docentes receberem comunicados da diretoria ou dos chefes de departamento declarando que os organizadores de certa festa programada não pediram autorização para sua realização. Em seguida, explicam que os prédios da faculdade só são adequados para atividades didáticas, não oferecendo condições de segurança e higiene necessárias para festas. Daí vem o mais curioso: o documento alerta “as autoridades universitárias sobre os graves problemas que poderão resultar da realização de uma festa no espaço em questão” e, em seguida, responsabiliza os organizadores da festa por possíveis danos ao patrimônio e aos participantes do evento. Ora, se diretores de faculdade e chefes de departamento também são autoridades universitárias, podemos então entender que o comunicado está se referindo à reitoria. Tenho certeza de que, se o reitor tomar alguma providência em relação à referida festa ilegal e ilegítima, a congregação da faculdade tornará pública mais uma de suas curiosas moções denunciando a reitoria. A impotência reiterada dos diretores e chefes de departamento não corrói a democracia na universidade?

A universidade precisa de regras disciplinares claras, que colaborem para o estabelecimento de um “estado de direito” que, por seu turno, favoreça a liberdade acadêmica. Autoridade acadêmica democrática é aquela que consegue agir segundo as leis e regimentos que garantam a liberdade de pesquisa, ensino e extensão. Nisso há uma grande falha da reitoria e do conselho universitário. A ausência de um regimento disciplinar e de um código de ética mais detalhado do que o vigente prejudicam nosso “estado de direito” e a legitimidade das instituições. Não é possível viver em um vácuo jurídico, mas ter que aplicar ordenamentos falhos do tempo da ditadura é lamentável. O conselho universitário é omissivo em relação ao regimento disciplinar, tal como o congresso nacional em relação à regulamentação da greve no serviço público.

Para uma universidade democrática é fundamental a consolidação de uma vasta esfera pública em que as diversas posições possam entrar em conflito. A USP é pobre em sua autorreflexão porque não há, atualmente, uma sólida cultura do conflito de ideias. Os fascistas de esquerda têm medo de posições diferentes das suas e não querem debater. Os socialistas democratas e socialdemocratas são tímidos e,

talvez influenciados pela realidade dos partidos, não elaboram claramente suas posições. Parece que a lógica partidária, ou seja, o oportunismo eleitoral em relação às ideias relativas à religião, aborto, direitos dos homossexuais ou aos direitos femininos, reconhecimento das diferenças e à própria concepção do que seja democracia impedem também a reflexão sobre a universidade. A pobreza atual da reflexão dos intelectuais sobre a universidade é gritante. Nesse sentido, parece que a miséria das propostas e a falta de coerência nas ideias políticas, sociais e culturais, por exemplo, nos acadêmicos candidatos à prefeitura de São Paulo, encontram um espelho na universidade.

A universidade vai muito bem na pesquisa básica e acordou para a inovação e para a tecnologia, mas a autorreflexão crítica vive um momento de pobreza lamentável.

O fortalecimento do conflito democrático é a única saída para a multiplicação de visões e propostas para o seu desenvolvimento. É preciso criar inúmeros fóruns de discussão, e um movimento forte para exigir das associações de professores, alunos e funcionários que as decisões levem em conta a maioria das categorias - sem o golpe das assembleias presenciais, e sim com a deliberação de todos os interessados, seja pela internet ou por plebiscitos. Assim as associações e sindicatos ampliarão sua legitimidade. O conselho universitário deveria, com a máxima urgência, elaborar um regimento disciplinar que pudesse garantir a liberdade universitária, prevendo procedimentos que garantam a defesa dos acusados de infringirem as regras, mas possibilitando que os processos corram rapidamente, chegando-se logo a decisões. Assim os dirigentes universitários e as associações e sindicatos recuperarão sua autoridade e legitimidade, garantindo a liberdade de pesquisa, ensino e extensão, ou seja, a democracia universitária seria ampliada levando-se em conta a sua especificidade.

Debate sobre “Estrutura de poder na universidade”

DESCENTRALIZAÇÃO: ENTRE MÉRITO, PARTICIPAÇÃO E EFICIÊNCIA

Peço desculpas pelo longo texto acima, mas, para poder desenvolver a questão proposta, tive que adiantar parte de meu diagnóstico da situação da USP e da FFLCH.

I - Pretendo desenvolver algumas contraposições, por exemplo: entre centralização e descentralização, entre uma lógica universalista e uma lógica particularista, entre um procedimento de invenção interdisciplinar e um procedimento voltado para a especialização, entre critérios e procedimentos de avaliação de certa forma externos aos concernidos e critérios e procedimentos endógenos, entre um esforço de otimização de recursos e descentralização fragmentadora, entre uma concepção de universidade de pesquisa e a instituição pensada como conglomerado autônomo de cursos com vocação profissional ou especializada, etc. Reforçando um lado ou outro teremos concepções distintas de mérito, participação e eficiência.

II - Se a questão for posta do ponto de vista administrativo (ou colocando a questão de outra maneira: do ponto de vista da estrutura do poder na FFLCH), certamente a divisão da Faculdade em vários Institutos possibilitaria maior participação e eficiência. Não tenho certeza quanto ao mérito.

III – Não valeria a pena começar pela análise da estrutura de poder na Faculdade antes de nos dedicarmos a analisar a da Universidade? Por exemplo, não há um grande desequilíbrio de poder e representação entre os cursos que correspondem a um departamento e cursos que envolvem três ou mais departamentos?

São Paulo, 16 de maio de 2012.

COMPOSIÇÃO E DINÂMICA DOS COLEGIADOS VALÉRIA DE MARCO

PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Prezados colegas, membros da Congregação da FFLCH

Tendo sido designada para iniciar o debate sobre a composição e o funcionamento dos colegiados da nossa universidade e considerando que a série dessas discussões tem como um de seus objetivos a formulação de uma proposta para a eleição de reitor, resolvi encaminhar a todos algumas informações e uma breve avaliação da minha experiência como docente desde 1974 nesta instituição.

Penso que, em primeiro lugar, cabe considerar que no nosso cotidiano, durante todos esses anos, setores diferentes da comunidade expressaram a necessidade de democratização da universidade sem explicitar o entendimento de democratização. Não fizemos jamais discussões sistemáticas sobre “democratizar” o acesso à USP nem tampouco sobre a criação de canais democráticos de relação da universidade com a sociedade. Sempre discutimos o gerenciamento da USP. Isto é um sinal. É índice de nosso ensimesmamento, de uma cumplicidade linguística da corporação? É índice de uma asfixia interna que nos impede de pensar as relações com o que está fora dos muros? Talvez tenha sido diferente nos anos anteriores à ditadura e ao AI-5. Temos ainda professores que poderiam contar como foram

as lutas “dos excedentes” e as “paritárias”.

No meu tempo de graduação (70-73) ocorreu a implantação da reforma universitária que introduziu na formação dos alunos de graduação e pós-graduação o sistema de créditos e os prazos. No mais, foi um *Tiempo de silencio*, título do melhor romance espanhol escrito durante o franquismo, que tem como protagonista, não por acaso, um cientista de consciência estreita. Parte dos sussurros de corredores de então está registrada no *Livro negro da USP*, organizado pela nossa colega Eunice Durham e editado pela Adusp; parte talvez venha à tona com a Comissão da Verdade. Quem sabe possamos desenvolver de modo mais sistemático a reflexão e a escrita sobre as derrotas políticas, prática bastante frequente na nossa literatura, mas relativamente escassa nas outras áreas das humanidades, se penso na tradição ensaística espanhola.

Por esse trajeto, já se pode deduzir que a “democratização” da universidade tornou-se um tema aqui no final dos anos 70, eco do movimento do que então se chamava “sociedade civil” pela redemocratização do país. O reitor era então escolhido pelo governador, em uma lista sêxtupla elaborada pelo CO. (Qualquer semelhança com a eleição de senador durante o Império não é mera coincidência).

Nessa conjuntura, um grupo de professores da articulação política chamada “Participação”, que atuava na Adusp como oposição à diretoria da entidade, lançou a palavra de ordem “Diretas pra reitor” e, para viabilizar a mobilização, contou com a ajuda do professor Dalmo Dallari, que aceitou ser candidato. Tinha ele grande respaldo dos setores progressistas da sociedade, pois atuara como membro da Comissão de Justiça e Paz, tão importante na defesa dos Direitos Humanos naqueles anos de estado de exceção. Esse processo, bem como seus desdobramentos, pode ser encontrado em *A participação*, livro organizado pelo professor Francisco Miraglia. Ironicamente, no Brasil, poucos anos depois, todas as universidades, com diferentes pesos nos votos dos setores que as integram, passaram a eleger diretamente seu reitor.

É nesse quadro que se dá uma articulação entre setores da USP e as forças políticas de sustentação do governador Franco Montoro, para a eleição de um reitor que pudesse acertar o passo da universidade com parte das forças que lutavam pela democratização do país. Provavelmente porque avaliavam existir dura resistência ao arejamento político na cúpula universitária, os candidatos se apresentaram à eleição direta promovida pelas entidades (ADUSP/ASUSP/DCE). A disputa pelas normas do processo foi também intensa e nela atuaram docentes vinculados a essa mesma articulação. Na assembleia da Adusp ganhou a proposta de votar em três nomes e voto paritário. A eleição, na contagem do voto paritário, deu vitória ao Prof. Guilherme Rodrigues da Silva, quadro do PMDB, ex-superintendente do HC, candidato lançado pela articulação “Participação”. No entanto, por uma margem pequena de votos, o Prof. José Goldemberg obteve o primeiro lugar na votação entre os docentes. Evidentemente, caso este professor não sáísse como o mais votado pelo CO, o governo do Estado evocaria a consulta à comunidade.

Trago esses fatos para dar pinceladas da conjuntura em que foi elaborado o atual estatuto, emendado pontualmente bastante na atual gestão, como se pode ver no livro de 2011 editado pela reitoria. Estas podemos discutir aqui, pois a maioria da congregação as viveu e elas não modificaram a estrutura dos colegiados. Mas no quadro de 88, a formulação do estatuto ainda em vigor foi feita ao ritmo de rupturas políticas, tanto com forças mais conservadoras como com outras mais progressistas, e de pactos cujos protagonistas nem sempre eram conhecidos. No entanto, à distância, cabe observar que o reitor –

o professor Goldemberg- sempre manteve um real diálogo com a comunidade universitária que só deixou de ser fluente entre vários setores com a desastrosa “lista dos improdutivos”.

Do meu ponto de vista, a derrota de amplos setores da universidade de matizes políticos bastante diversos tardou um pouco a se deixar ver. Creio que hoje todos se dão conta. Ela ampliou a participação dos docentes nos colegiados “soberanos” das unidades, mas esvaziou o poder de decisão que tinham anteriormente, e centralizou mais as deliberações sobre as políticas acadêmicas. Por isso, penso que na democratização ansiada pouco ou nada vale a mudança na forma de eleição do reitor. Ela só será produtiva se o reitor eleito realizar uma reestruturação da universidade baseada em debates e deliberações de amplas e diferentes esferas políticas. A reforma precisa ser profunda e deve começar por uma reflexão sobre concepções de universidade no atual contexto.

Elenco aspectos do estatuto de 88 que foram eficazes para a implantação desse nosso cotidiano caracterizados pela ampla maioria dos docentes por alguns traços: ineficácia dos colegiados que supostamente gerem nossa atividade (o departamento e a faculdade), exagerada solicitação de atividades “gerenciais”, escolarização dos cursos, fragmentação e tantas outras “reclamações” semelhantes. Antes de enumerar os tópicos referentes ao estatuto, talvez valha a pena lembrar que a gestão da nossa universidade se pauta por uma concepção que vincula estreitamente a estrutura de poder ao mérito acadêmico expresso na titulação do docente.

1- *Extinção do membro nato*. No estatuto anterior todos os professores titulares tinham assento no conselho do departamento e na congregação. A proposta do reitor para mudar essa condição foi bombardeada: a Faculdade de Medicina, e já não me lembro se a de Direito ou a Escola Politécnica, publicaram na primeira página dos jornais paulistas, como matéria paga, uma declaração na qual afirmavam que se tornariam unidades independentes da USP, caso tal proposta fosse aprovada. O acordo: cada unidade define a proporção dos titulares que integram seus colegiados (conselhos departamentais e congregação), havendo um número mínimo previsto no estatuto. Em quase todas as unidades da USP, estão nos colegiados todos os titulares, com a necessidade de que cada um tenha apenas um voto para ser eleito. O número dessa categoria continua majoritário e defi-

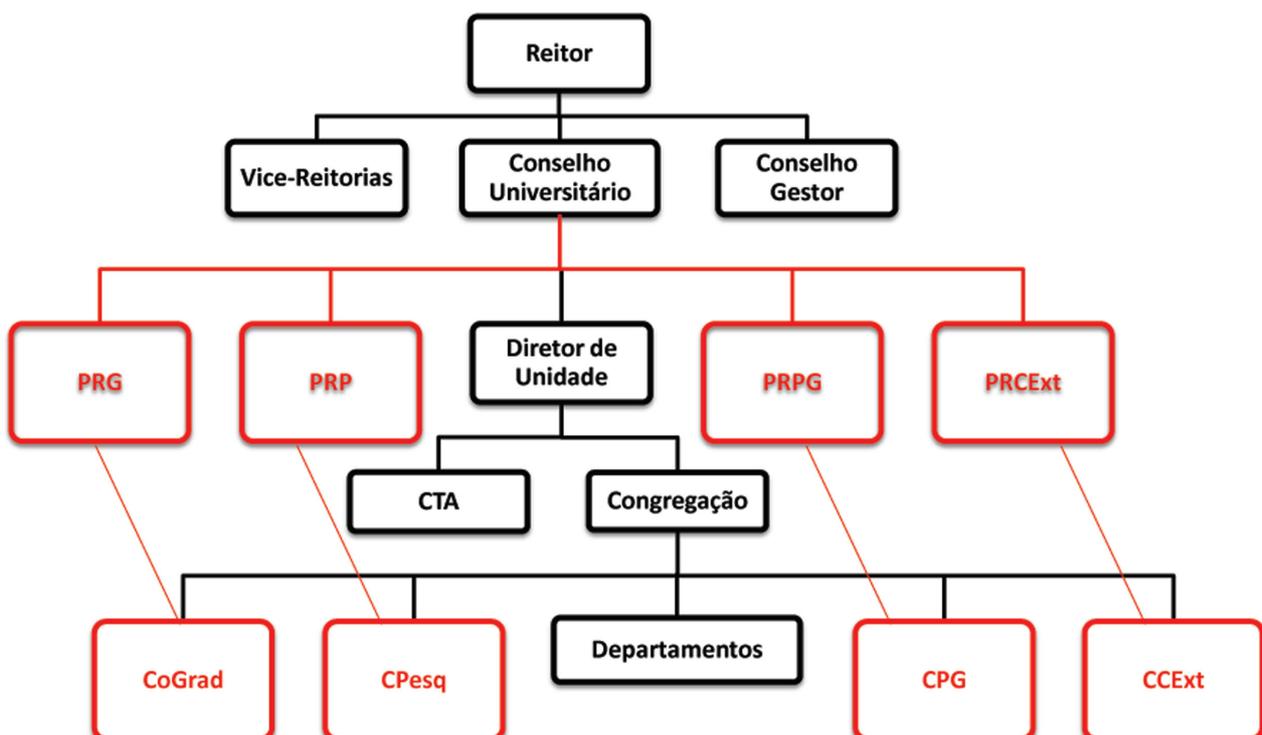
ne a proporção da representação docente.

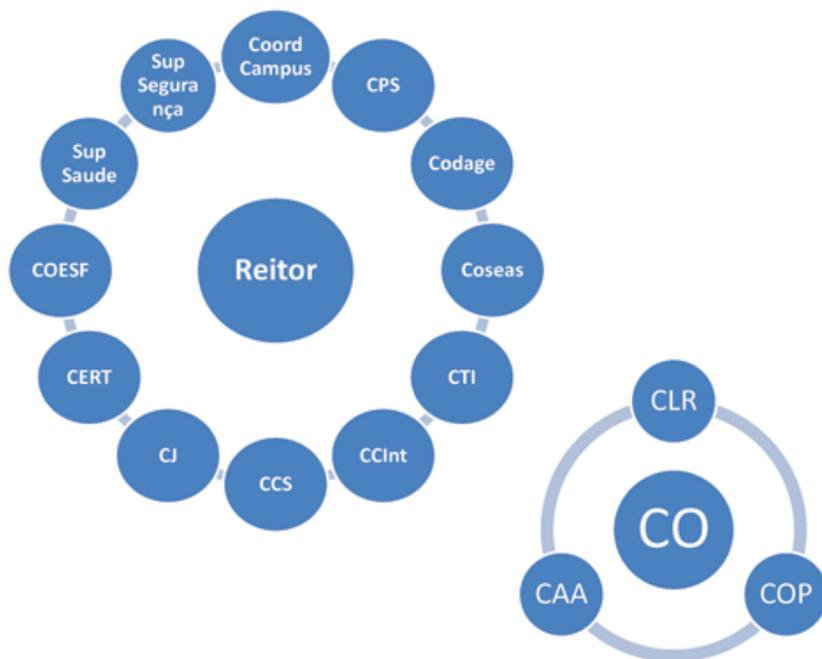
- 2- *Criação das pró-reitorias.* Elas não existiam no estatuto anterior, mas já estavam amplamente implantadas nas universidades federais.
- 3- *Nova carreira docente:* Estabeleceu o nível de doutor, e não mais o de mestre, como início da carreira docente, e manteve o nível de titular como cargo, e não como função, como propunha tanto nossa congregação como o III congresso paritário da USP.
- 4- *Definição da representação dos estudantes e dos funcionários.* A representação é tão mínima (variando entre 10% e 15%) que ganha a conotação de ser simbólica. Vale lembrar que este tópico do estatuto continua em desacordo com a LDB.
- 5- *Criação e redefinição das competências dos colegiados das unidades.* As comissões das unidades relativas aos assuntos acadêmicos respondem às pró-reitorias respectivas e não mais à Congregação. O CTA, composto sem representação das categorias, absorveu decisões acadêmicas importantes sobre as políticas acadêmicas, como por exemplo, a contratação de docentes, antes atribuídas à congregação.

Na minha avaliação, a questão central do tema é a seguinte: democratizar a universidade, seus colegiados e a relação entre eles é dar às unidades autonomia acadêmica. O estatuto centralizou e fragmentou nossa atividade, sobretudo, através da criação e, conseqüente ampliação de recursos financeiros e poderes das pró-reitorias bem como através da

manutenção e ampliação de mecanismos centralizados de avaliação do trabalho realizado nas unidades da USP. Dado que há no estatuto a definição dos objetivos da universidade, tal autonomia está pautada de modo minimamente republicano, invalidando o bordão “cada uma fará o que bem entender”. A natureza do trabalho acadêmico deve encontrar as formas coerentes de geri-lo. Sem um debate nesse patamar que seja amplo, transparente e respeitoso com as divergências no sentido de estabelecer consensos possíveis em cada área do conhecimento, em cada unidade e departamento, não creio ser possível conquistar um espaço institucional que respeite a livre reflexão, as especificidades da produção e da transmissão do saber em suas diferentes áreas. Continuaremos alienando as diretrizes do nosso fazer artesanal a uma administração homogeneizadora. Mas é preciso avaliar, pois se esta for hoje a concepção hegemônica na faculdade e na universidade, pergunto: é preciso democratizar as instâncias de deliberação? E mais uma pergunta em tom menos sério e talvez menos respeitoso: Quantos de nós estão insatisfeitos com essa universidade que é “um bolsão de especialistas”, expressão corrente nos anos 80, e não um conjunto orgânico de docentes e pesquisadores voltados para a indagação, a reflexão e a produção de conhecimento com vistas à formação de consciências cidadãs?

São Paulo, 21 de junho de 2012.





PROPOSTA DE MUDANÇA PARA A ELEIÇÃO DO REITOR DA USP

RENATO JANINE RIBEIRO
PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prestes a completar seu mandato como representante dos Professores Titulares no Conselho Universitário, o Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro apresenta sua proposta de mudança para a eleição reitoral da USP. O texto, abaixo reproduzido, enviado pelo autor a todos os professores titulares da universidade, numa espécie de prestação de contas, constitui sua reflexão sobre o tema por ele priorizado.

1) O sistema atual de escolha do Reitor não pode ser mantido. A intenção desse sistema, adotado em 1988, foi boa (fazer nomes surgirem de baixo para cima, sem fazerem campanha ¹), mas desde a eleição de 1989 sempre a disputa se deu entre dois nomes, que todos sabiam desde o começo quais eram. O primeiro turno nunca foi mais que uma grande pesquisa de opinião pública. O segundo turno tem sido o meio de reverter o resultado do primeiro turno. Pior: o segundo turno é uma forma de a Reitoria controlar a sucessão. (Isso me foi dito por membros do alto escalão da Reitoria, que *não* querem que as coisas continuem assim). Tanto assim que nenhum reitor em exercício deixou de fazer seu sucessor, exceto quando o governador interveio e usou, em 2009, a prerrogativa da lista tríplice. O siste-

ma está testado e não funciona.

2) Há duas grandes posições na USP a respeito. Por um lado, há os que defendem a **eleição direta do Reitor**. Infelizmente, no debate de fevereiro no Conselho Universitário, muito pouco foi proposto de concreto a respeito, embora metade dos vinte conselheiros que se pronunciaram parecessem defender esse sistema. Por outro, há os que se preocupam com a **qualidade da USP**. Também infelizmente, as duas posições ficaram demasiado opostas. Minha convicção é que, sem uma negociação franca e limpa, será difícil avançar. Foi o que tentei e é nisso que acredito. É preciso respeitar os valores de ambos os lados e tentar abrir ao máximo a escolha, mas de forma que valorize – em vez de arriscar – nossa qualidade.

¹ Por isso, mil eleitores na época (hoje, quase dois mil) votam em até 3 nomes cada um, gerando-se assim uma relação de 8 mais votados que vai ao segundo turno; este elege uma lista tríplice que vai ao Governador.

- 3) **Para mudar a escolha do Reitor, há três vias.** A primeira é a alteração do Estatuto pelo Co, que *difícilmente* votará a eleição direta (o advérbio é um eufemismo). A segunda seria uma lei votada pela Assembleia estadual, dado que a USP pertence ao Estado. Tal lei é improvável, e além disso representaria uma intervenção dos deputados estaduais na Universidade, o que acho preocupante. A terceira seria uma lei federal – algo contestável constitucionalmente, porque as leis federais sobre a educação têm respeitado muito a autonomia dos Estados ². Portanto, o melhor ou único caminho é a **negociação**.
- 4) **Há duas questões cruciais a resolver: quem vota? e há ou não lista tríplice?** Tentarei, na sequência, delinear alguns parâmetros a respeito.
- 5) **Quem vota: o *minimum minimorum* a mudar é acabar com o atual colégio de segundo turno.** Ele acaba dando poder demais ao reitor e seus pró-reitores, que se tornam candidatos natos e sucessores prováveis. A simples substituição do colégio de 350 membros dos conselhos centrais por um de quase 2 mil membros dos mesmos, mais as congregações, tornaria praticamente impossível o controle do processo sucessório pela administração central. Acredito que essa reforma passaria, desde que o Reitor a submetesse ao Co e que haja acordo. **É importante notar que, sem acordo, não muda nada. Tudo fica como está. Se em nome da eleição direta não se votar nenhuma mudança, nada será mudado.**
- 6) **É possível, também, ampliar o colégio de escolha (atual “colégio de primeiro turno”).** Defendi, e alguns conselheiros também, que ele incluísse os conselhos departamentais e as comissões de Pesquisa, Pós, Graduação e Cultura. Provavelmente, o colégio chegaria a algo entre 3500 e 4000 membros. A lógica dessa inclusão é: todos aqueles que participam da vida universitária de maneira ativa, nem que seja apenas como membros de um dos seus principais colegiados, votariam na escolha de Reitor.
- 7) **Uma opção adicional seria definir que todos os professores doutores votem para Reitor,** o que significa a maioria esmagadora dos docentes. O critério deixaria de ser a participação na *gestão* universitária e se torna o da atuação, como *docente e pesquisador*, na USP. No modelo do item anterior, votam os que têm *ação* na USP; neste, os que têm *conhecimento* da USP.
- 8) **As ampliações mencionadas deveriam repercutir na votação de servidores e alunos.** Isso foi aventado por conselheiros, como o prof. Luis Nunes, ex-pró-reitor. Seria preciso definir como. No caso do item 7, que é convicção minha **pe-soal**, seria viável, a meu ver, adotar o sistema da LDB, com o voto dos professores doutores valendo 70% e um adicional importantíssimo: votariam docentes, alunos e funcionários com **dois** anos (ou mais) de USP. Se o critério, neste caso, é o de se ter um bom **conhecimento** da Universidade, é justo supor que, antes de concluir os créditos de dois anos de cursos (ou equivalente a isso, na pós-graduação, na docência e como funcionário), a pessoa ainda conhece insuficientemente nossa complexa USP.
- 9) **Há também a questão da lista tríplice de Reitor.** Pessoalmente, sou contra ela. Uma única pessoa pode reverter um processo em que se empenharam milhares – e, pior, sem motivar sua decisão. Se tivéssemos um colegiado externo que analisasse os nomes e justificasse sua escolha, poderia ser diferente. Mas não temos. Contudo, sei que muitos colegas consideram a lista tríplice uma garantia de qualidade, porque evita a demagogia. Penso que este assunto poderia ser discutido a seguir.
- 10) **A maior parte das universidades federais adota um segundo turno entre os mais votados, caso nenhum candidato tenha a maioria absoluta.** Mas também poderíamos ter uma hipótese de conciliação: se alguém obtiver a maioria absoluta no primeiro turno, está eleito. Se não a obtiver, os três mais votados vão ao Governador, que escolhe entre eles. Isso incentiva a comunidade a resolver *interna corporis* a escolha do Reitor e reduz a decisão

² Poucos sabem mas, pela LDB, a avaliação da Capes não é suficiente para fechar um curso de pós-graduação de má qualidade que pertença aos Estados ou municípios. Tal competência é do Conselho *Estadual* de Educação. Presenciei casos de Estados em que os CEEs validam cursos inimagináveis. Mas o que tem salvo o sistema de avaliação é que as três universidades estaduais paulistas acatam as decisões da Capes, o que leva todas as outras estaduais a seguirem-nas. Não fosse assim... creio que muitos nem imaginam o que seria a pós-graduação brasileira.

do Governador aos casos em que a universidade não atribua maioria a um candidato.

11) Poderíamos acrescentar um elemento que incentivaria a obtenção da maioria absoluta, bem como a formação de alianças entre candidatos. Primeiro, só poderiam ser votados candidatos inscritos. Para se inscrever, o candidato precisaria ter o apoio de 5% da comunidade (a definir: membros do Co, das Congregações, docentes doutores – não importa; o objetivo é evitar candidaturas sem apoio e, ao mesmo tempo, não impedir nomes com apoio de concorrer). Segundo, seriam nulas as cédulas que não sufragassem **três** nomes inscritos. Acabaria o “voto seco”. Acabaria também a tendência, que ocorre, de candidatos fazerem um acordo e não cumpri-lo. Como dificilmente teríamos mais que dez candidatos, esses seriam incentivados a fazer acordos entre si e a cumpri-los. **Caso um ou mais tenham a maioria absoluta (e é possível que até mesmo três tenham a maioria absoluta, por esse sistema), o mais votado seria o Reitor. Se ninguém tiver a maioria absoluta, a lista tríplice iria ao Governador.** Seria o sinal de que a Universidade não conseguiu ou não quis dar a um único nome uma maioria ampla. Há pontos adicionais. Considero que:

I) Os candidatos deveriam todos passar por uma

sabatina, perante comissão de especialistas, que não poderia barrar nenhum nome, mas deveria emitir parecer sobre eles e suas propostas.

II) Os candidatos que exercem certos cargos, como o de pró-reitor e diretor, deveriam afastar-se dos mesmos (sem precisar renunciar), 60 dias antes da votação.

Tudo o que expus acima são exemplos. Na proposta que entreguei ao Reitor, há uma sugestão de encaminhamento. Creio que seria bom evitarmos o clima de votar proposta contra proposta, que pode gerar impasses, os quais só manteriam a situação atual.

Finalmente, acredito que a melhor proposta que possa ser votada será, provavelmente, uma que não deixe ninguém muitíssimo feliz. Temos divisões pronunciadas. Mas acredito que a grande maioria dos envolvidos deseje, realmente, o melhor para a Universidade. Se isso ficar claro, teremos espaço para a resolução desse problema que, a meu ver, hoje cria um distanciamento excessivo entre a administração central e o corpo da Universidade. Lembro, para aqueles que acham que nossa categoria tem muito poder, que nem todos os mil Titulares votam no primeiro turno para reitor, porque em várias congregações nem todos são membros natos; que o próprio primeiro turno tem pouco peso; ou seja, mesmo os mil docentes mais titulados da USP não estão tão próximos dos centros de poder quanto se imagina.

PRÊMIO E HOMENAGEM

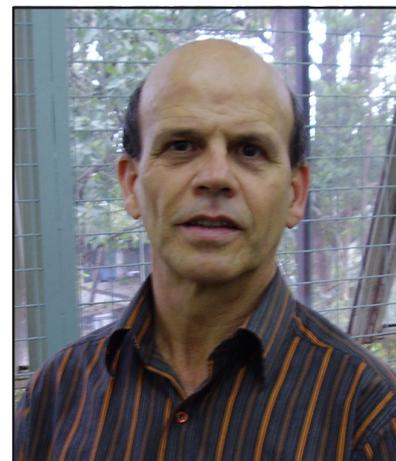
PROFESSOR DA FFLCH RECEBE PRÊMIO DE TRADUÇÃO PELA INSTITUIÇÃO SUÍÇA LOOREN

POR JULIANA PENNA

Da terra da tradução, como é conhecida a Suíça, – em que se falam, oficialmente, quatro línguas – a Fundação Looren, localizada na aldeia de Wernetshausen (cantão de Zurique), concedeu o prêmio de tradução do ano de 2012 a **MARCUS VINÍCIUS MAZZARI**, professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Com a proposta de traduzir do alemão original a novela “Romeo e Julieta na aldeia” (*Romeo und Julia im Dorf*), do narrador e poeta suíço

Gottfried Keller (1819 – 1890); o docente atraiu a atenção da instituição que, para este ano, tinha como idioma em pauta, justamente, o português.

Desde 2009, a Fundação Looren incentiva projetos de tradutores



estrangeiros que se propõem a transpor obras escritas em uma das quatro línguas do país - alemão, francês, italiano e reto-romanche ou rético - para outros idiomas. Nos últimos anos, já foram laureadas traduções para o inglês, espanhol e idiomas escandinavos.

A Mazzari foi concedida a estadia de um mês – do dia 10 de julho ao dia 10 de agosto – na “Casa de Tradutores” (*Übersetzerhaus Looren* em seu título alemão original), residência do instituto que visa proporcionar aos profissionais hospedagem aliada às melhores condições para a realização do trabalho de tradução. Sobre a experiência, o docente relata que “essa estadia proporciona não só ótimas condições de trabalho, pela sua biblioteca e toda a infraestrutura para o trabalho, mas também o contato com a paisagem, costumes e expressões idiomáticas presentes na novela que estou traduzindo. Além disso, graças à cooperação entre a Casa Looren e a Biblioteca Central de Zurique (*Zentralbibliothek Zürich*), tenho acesso a um amplo material bibliográfico sobre Gottfried Keller e também aos seus manuscritos depositados na mencionada biblioteca”.

Além de ter todas as suas despesas pagas pela instituição, o tradutor outorgado com o prêmio anual também recebe livros de autores suíços. A casa tem a capacidade máxima para abrigar dez tradutores por vez.

A novela que em breve ganhará sua versão em português, “Romeu e Julieta na Aldeia”, pertence ao ciclo narrativo do autor “A Gente de Sevilla” (*Die Leute von Seldwyla*), cujo primeiro volume foi publicado em 1856 na Suíça. No Brasil, o trabalho de Keller ficou mais conhecido pela tradução de Aurélio Buarque de Holanda e Paulo Rónai - publicada no quarto volume da coleção *Mar de Histórias: Antologia do Conto Mundial* - da última novela desse ciclo, intitulada “Espelho, o Gatinho” (*Spiegel, das Kätzchen*).

Para Marcus Vinícius Mazzari, essa obra “tem um fundo verídico e de certo modo atualiza e transpõe a história dos amantes de Verona (que, pertencentes às famílias inimigas dos Capuletos e dos Montecchios, entraram para a literatura mundial graças à tragédia de Shakespeare) para uma aldeia de camponeses suíços”. É o que se anuncia logo na abertura da narrativa:

“Narrar esta história seria uma imitação ociosa se ela não se baseasse num acontecimento verídico, demonstrando quão profundamente se enraíza na vida humana cada uma daquelas fábulas sobre as quais as grandes obras do passado estão construídas. O número de tais fábulas é moderado, mas elas sempre afloram em nova roupagem e obrigam então a mão a fixá-las”.

PROFESSORA DA FFLCH RECEBE HOMENAGEM POR PESQUISA PIONEIRA

POR PAULO ROBERTO ANDRADE



“Fiquei muito emocionada ao receber a notícia desse prêmio. Foi o reconhecimento internacional pelos árduos trabalhos desenvolvidos em toda uma vida”. Esse foi o sentimento vivido pela professora **MARIA LUIZA MARCÍLIO**, docente do Departamento de História da FFLCH, ao receber uma men-

ção honrosa pelos seus trabalhos científicos e acadêmicos no 54º Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, na Áustria.

O diploma foi concedido durante Sessão Solene da Assembleia Geral do Congresso, no dia 19 de julho, no prédio principal da Universidade de Viena. Segundo a professora Marcílio, a menção se refere à sua atuação acadêmica e social em história da América. No diploma da menção honrosa lê-se que foi concedida “*em reconhecimento de seus destacados méritos científicos e acadêmicos no americanismo*”.

A professora explica que, para receber a homenagem, a pessoa deve ser indicada por pelo menos um membro do Comitê do Congresso e apresentar um currículo resumido com seus trabalhos mais re-

levantes e pioneiros na área do americanismo. O Comitê avalia as propostas recebidas e elege aquelas consideradas mais relevantes. “Neste 54º ICA, dentre as dezenas de propostas, foram escolhidos nove cientistas de nove áreas distintas. E eu fui agraciada como destacada cientista na área da História e a única do Brasil”, explica.

O currículo da professora Marcílio mostrou o pioneirismo de suas pesquisas e publicações na área da Demografia Histórica. Os trabalhos não se restringiram à Casa Grande e à Senzala, e abordaram toda a riqueza do tecido social brasileiro. “Meus estudos marcaram a presença da família legítima e ilegítima, da criança de elite, mas, sobretudo, da criança ilegítima, abandonada e escrava, do jovem delinquente, da população pobre, ou seja, da maioria dos brasileiros desde o século XVI”, explica a professora.

ESTUDANDO A AMÉRICA

Na FFLCH, a professora participou da criação do CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina). “Para avançar nos estudos sobre América senti a necessidade de criação de um núcleo interdisciplinar de pesquisas dentro de nossa Faculdade. Esse núcleo tornou-se realidade em 1984, com a criação do CEDHAL, que reuniu cinco departamentos”, lembra.

A professora dirigiu o CEDHAL por dez anos até sua aposentadoria. Ela explica que, nesse período, formaram jovens pesquisadores na área nova da demografia histórica e da interdisciplinaridade, com teses e trabalhos que renovaram a historiografia brasileira. A maioria desses estudantes está hoje em postos importantes em universidades relevantes de vários estados brasileiros.

Com o levantamento de fontes históricas pouco ou nada conhecidas e com métodos e técnicas de pesquisa elaborados pela demografia histórica, as pesquisas do CEDHAL abordaram descobertas de realidades humanas inusitadas e levaram os pesquisadores à indagação de realidades humanas em diversas áreas da história brasileira. “Enveredamos pelas pesquisas sobre a educação de base e a história da escola pública desde os tempos coloniais até hoje e, estimulados por demandas de fora do país, estudamos e publicamos trabalhos sobre a emer-

gência e história da Democracia no Brasil”, completa a professora.

Durante 13 anos, o núcleo esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos da USP, criada pela Reitoria e ligada a ela. “Nesse período organizamos dois congressos nacionais na Faculdade de Direito, para celebrar respectivamente os 50 e os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessas publicações se estenderam por essa área. Enfim, pertencemos a várias organizações nacionais e internacionais de pesquisa e de atividades sociais e políticas”, acrescenta.

INTERNATIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS (ICA)

O ICA existe desde 1875, quando foi realizada a primeira edição em Nancy, na França. Seu objetivo era contribuir com as pesquisas e estudos sobre as Américas, especialmente no período antes da chegada de Colombo, além de permitir um intercâmbio ativo entre os pesquisadores do assunto. A professora Marcílio explica que “à época preocupavam-se muito com o resgate arqueológico e etnológico dos Impérios Asteca, Maia e Inca e com a sua devastação resultante dos descobrimentos da América pelos europeus”.

Gradualmente, os Congressos foram incorporando as demais áreas das ciências humanas e artísticas, como sociologia, política, geografia, literatura, jornalismo, artes, ciências da religião, entre outras. “O Congresso de Americanistas passou a ser o *locus* de encontro e de troca de avanços científicos, de intercâmbios os mais diversos”, esclarece a professora.

Na atualidade, o ICA acontece a cada três anos, reunindo atividades muito variadas, como simpósios, conferências, encontros entre associações e organizações internacionais relacionadas com os estudos americanos, etc.

A 54ª edição foi organizada por três diferentes instituições austríacas: a Universidade de Viena, local do congresso e maior instituição acadêmica da Áustria; o Instituto Austríaco para a América Latina (LAI), que conta com uma experiência de mais de 40 anos na colaboração com instituições acadêmicas da América Latina; e o Museu de Etnologia, um dos mais importantes museus etnológicos do mundo.

MEMÓRIA

CEUPES – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA
PROFESSOR EMÉRITO DA FFLCH-USP



1957. Este foi o ano em que alunos dos 2º e 3º anos do prestigiado curso de Ciências Sociais começaram a debater a necessidade de organizar o seu “centrinho”. Com esse título, no diminutivo, os centros já existentes (Letras, Geografia

e História) eram então denominados. Primeiro, para deixar claro que não invadiriam o espaço do grêmio da Faculdade, que representava, no plano político, o corpo discente de toda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; segundo, para explicitar que cada centro deveria atuar nos limites de cada um dos cursos da Faculdade; e terceiro, para especificar que seus objetivos se concentravam apenas em questões de natureza acadêmica. Os alunos de ciências sociais estavam, desde sempre, à margem de tais preocupações.

Os debates para a criação do CEUPES duraram quase todo o ano letivo, com a destacada participação de alunos que anos depois se notabilizariam no cenário intelectual do país, como, por exemplo, Perseu Abramo (Professor de Sociologia da UFBA, que dá nome a Instituto do PT); Gabriel Bolaffi (Professor de Sociologia da FAU-USP); Francisco Correa Weffort (Professor Titular de Ciência Política da FFLCH-USP e Ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso); Celso de Rui

Beisiegel (Professor Emérito e ex-Diretor da FE-USP, ex-Pró-Reitor de Graduação da USP); José Fábio Barbosa da Silva (Professor Emérito da Notre Dame University); Haydee Roveratti (Professora de Sociologia da PUC-SP); Evelin Naked de Castro Sá (Professora Titular da Faculdade de Saúde Pública – USP); João Antonio Carreño Gimenez (Professor e Diretor do Centro de Informação da Fundação de Santo André); Maria Helena Villas Boas (Professora de Antropologia da PUC-SP); Ophelina Rabello (Professora de Sociologia do Trabalho da UnB); Roberto Schwarz (Professor da Unicamp e nome expressivo da crítica literária brasileira), além do autor deste texto.

Presidi a primeira diretoria eleita, que teve José Fábio Barbosa da Silva, Perseu Abramo e Celso de Rui Beisiegel como vice-presidentes; Armenuh Kahvegian e Judith Lieblich como secretárias; Haydee Roveratti e Zilá Branco como tesoureiras, e Roberto Schwarz como procurador.

Foi essa diretoria que registrou os estatutos da nova entidade “como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter educativo, técnico e cultural” (Estatuto registrado sob o nº 3948, em 30/10/1957, no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo).

Os jornais *O Estado de São Paulo* (10/4/1958) e *A Folha da Tarde* (13/4/1958) noticiaram, conforme texto transcrito a seguir, a fundação do CEUPES, dando destaque a seus ambiciosos objetivos, que iam desde a cooperação com os professores, até a luta pela obtenção de bolsas no exterior, passando pela realização de seminários e impressão, tradução e distribuição aos alunos de textos raros, nem sempre

encontrados numa biblioteca rarefeita.

Os alunos de hoje poderão questionar o porquê de tanto interesse jornalístico pelo CEUPES. Ao contrário do que ocorre atualmente, à época, a imprensa cobria extensa e intensivamente todo o desenrolar da vida uspiana.

Essa proposta ambiciosa, que incluiu até a publicação periódica do *Jornal do CEUPES*, perdeu

relevância no momento em que o regime militar liquidou os grêmios estudantis.

No vazio criado pela extinção da agremiação maior, os “centrinhos”, entre os quais o CEUPES, deitaram fora o diminutivo, situaram em segundo plano as preocupações intelectuais e assumiram o papel político que se perpetua até a atualidade, uma inflexão ao que tudo indica sem retorno.

FUNDADO O CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOLOGICAS

O ESTADO DE SÃO PAULO, (10/4/1958)

A FOLHA DA TARDE (13/4/1958)

Foi recentemente fundado em São Paulo o Centro de Estudos e Pesquisas Sociológicas, que congrega os alunos e os diplomados do curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Os objetivos do centro são os de desenvolver o interesse pela pesquisa no campo das ciências sociais, cooperar com alunos e professores no cumprimento do programa de estudos do “currículo” escolar e propiciar meios para que os diplomados em ciências sociais pela mencionada faculdade possam onde quer que estejam, concretizar seus ideais de pesquisadores bem como lutar pela concretização da carreira do cientista social.

Para alcançar esses objetivos o CEUPES propõe-se: realizar e patrocinar estudos e pesquisas antropológicas sobre temas que sejam correlatos aos desenvolvidos no programa escolar, organizar uma série de cursos e conferências que visem aperfeiçoar os conhecimentos de seus filiados sobre a matéria, criar condições que permitam uma distribuição de bolsas de estudos para especialização nos diversos ramos da sociologia e da antropologia dentro e fora do país, imprimir, traduzir e distribuir artigos, separatas ou documentos que possam ter utilidade aos estudantes de ciências sociais.

Para a realização desse programa de atividades, o CEUPES será assessorado por professores do Departamento de Antropologia e Sociologia da Facul-

dade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

DEPARTAMENTOS ESPECIAIS

As atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Sociológicas serão exercidas através de departamentos especiais, constituídos de membros da diretoria e de alunos de ciências sociais livremente escolhidos pelos colegas. A designação dos estudantes que deverão dirigir e constituir cada departamento, bem assim como a elaboração dos respectivos programas, estão afetas – pelos estatutos do CEUPES – às deliberações conjuntas da diretoria da entidade e do Conselho de Representantes de classes. A eleição dos representantes de classe será realizada no dia 14 de abril e, logo depois, será convocada assembleia geral em que o Conselho e a diretoria do Centro deverão discutir, além das medidas já indicadas, outras providências de ordem geral, tais como a fixação do limite para contribuição financeira dos sócios.

DIRETORIA ELEITA

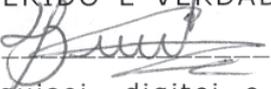
Para dirigir os destinos do CEUPES em sua fase inicial foi eleita a seguinte diretoria: presidente, João Baptista Borges Pereira; 1º vice-presidente, José Fábio Barbosa da Silva; 2º, Celso Beisiegel; 3º, Perseu Abramo; 1ª secretária, Armenuhy Kahvegian; 2ª secretaria, Judith Lieblich; 1ª tesoureira, Haydee Roveratti; 2ª., Zillá Branco; e, procurador, Roberto Schwarz.

4º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL E CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA DA CAPITAL - SP
Robson de Alvarenga
Rua XV de novembro, 251 – 5º andar – Centro - SP

CERTIDÃO

O Bel. Robson de Alvarenga, 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo/SP, República Federativa do Brasil, etc.

CERTIFICA

e da fé que, verificando o arquivo do Serviço Registral a seu cargo, no Registro Civil de Pessoa Jurídica, encontrou protocolado e registrado, em microfilme, sob o nº **3948**, em 30/10/1957 o estatuto da entidade denominada "**CENTRO UNIVERSITARIO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS**", com sede e foro nesta Capital, à Rua Professor Luciano Gualberto, 315 – Cidade Universitária, São Paulo/SP, o qual sofreu, posteriormente, **16**(dezesseis) averbações, anotadas no mesmo Livro de Protocolo de Pessoa Jurídica, sob os nºs **6140/A, 6766/A, 7327/A, 7812/A, 128322/86, 321152/96, 321153/96, 334823/96, 357304/98, 373765/98, 414367/00, 491203/04, 491204/04, 491205/04, 504479/05 e 514368/06**. CERTIFICA, FINALMENTE, QUE, a entidade é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter educativo, técnico e cultural tem como presidente, a Sr. **CELSO JOAQUIM JORGETTI JUNIOR**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade RG nº 25.668.320-7 e CPF nº 223.777.738-18. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. São Paulo, 25 de junho de 2012. Eu, , Luan Henrique de Santana Brito, Auxiliar, a pesquisei, digitei e conferi. Eu, Fabio da Silva Avelar, Substituto do Oficial, a subscrevo. 

As certidões passadas pelos oficiais de registro fazem a mesma prova dos documentos originais, conforme o disposto no artigo 217, da Lei n.º 10.406/02 (NCC), bem como no artigo 161 da Lei n.º 6015/73 (LRP).

EVENTOS

EVENTO EM MEMÓRIA A ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI

POR PAULO ROBERTO ANDRADE

Em evento realizado no prédio de Filosofia e Ciências Sociais, no último dia 20 de junho, professores e funcionários da FFLCH homenagearam o professor e sociólogo Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, falecido em 8 de junho, vítima de infarto.

Pierucci foi pesquisador no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) entre 1971 e 1987, e professor da PUC-SP, entre 1978 e 1985, se dedicando às áreas de sociologia da religião e comportamento político-eleitoral.

Na FFLCH desde 1986, o professor realizou pesquisas e publicou diversos artigos e livros sobre religião e política. Pierucci estudou extensamente a obra do alemão Max Weber, traduzindo livros e analisando questões relativas à religião.

A partir de Weber, verificou um lento processo de racionalização da sociedade ocidental e um afastamento da religião de rituais místicos e mágicos. No Brasil, essa mudança se refletiu no enfraquecimento do catolicismo e na ascensão de religiões neopentecostais, também estudadas pelo professor.

Na política, se dedicou ao perfil do eleitor em São Paulo, analisando diversos processos eleitorais, como por exemplo, o moralismo religioso nas eleições presidenciais de 2010.

Desde 2001, participava da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), onde era secretário-geral.

DESPOJADO E EXPLOSIVO

No evento, a professora Maria Arminda do Nascimento se referiu a Pierucci como uma pessoa multifacetada, sempre com um sorriso aberto, com o qual teve uma relação de altos e baixos.

Ela o conheceu em 1988, quando foi avaliada pelo professor na banca do concurso para professor



de sociologia. “Eu me lembro da pergunta: ‘Se você fosse admitida, o que proporia como tema de pesquisa?’ Se fosse hoje, não pensaria numa linha, porque a USP é múltipla. Na época, respondi algo sobre movimentos sociais, mas acabei não aguentando e falei dos temas que sempre pesquisei, relacionados à cultura. Depois, vi que era uma pergunta marota. ‘Viu Maria, não caiu na minha armadilha’, disse depois com uma certa ironia no rosto”.

A professora recorda que Pierucci tinha explosões de temperamento – que o próprio achava normal – e tinha uma postura mais despojada em relação à Faculdade. “Estudava sociologia da religião e crise da identidade. Dizia: ‘Isso aqui é um mercado religioso’. Perdia um amigo, mas não perdia a piada. E aconteceu comigo. Ele era solidário, alegre, e tinha humildade para se desculpar. Tinha humildade diante da vida”.

Maria Arminda definiu o professor Pierucci como uma pessoa avançada, de vanguarda, que sempre teve uma visão mais realista da universidade e da profissão. “Sua morte é uma lacuna para a FFLCH. A morte é sempre brutal. Passei dias sem chão. Até hoje não consigo entender o Flávio”, completou.

DO CEBRAP PARA A USP

O professor Chico de Oliveira recordou a amizade com Pierucci, iniciada há cerca de 40 anos no CEBRAP. “Ele formava um grupo de estudos de religião, que era o grupo mais consistente. O grupo do Fernando Henrique Cardoso era grande, por isso o CEBRAP ganhou fama de grupo marxista, mas a verdade é que só havia dois marxistas lá”, lembrou.



O professor Sedi Hirano fez parte da banca do concurso que admitiu Pierucci na FFLCH, em 1985. Ele lembrou que Sérgio Adorno também disputava a vaga para professor. “A banca ficou numa sinuca de bico. Flávio deu uma aula magistral, Sérgio também”.

A banca classificou ambos em 1º lugar e o resultado ficou para o departamento decidir. “O Flávio disse que preferia que a vaga ficasse com Adorno. E ambos acabaram ficando, mas Pierucci com uma bolsa-docente”, explicou o professor Sedi.

O professor Adorno também falou sobre o concurso. “A professora Eunice Durham disse que deveríamos decidir. Então, Flávio disse que eu já havia

participado de um concurso anteriormente e que a vaga era minha. Ele mostrou uma firmeza de caráter muito grande. Era uma pessoa irreverente e intrépida, provocador como tem que ser. O trabalho do intelectual é incomodar. Ele precisa buscar questões onde aparentemente não existe”, completou.

Segundo o professor Adorno, desde então, ambos tiveram uma relação de profundo respeito. “Apesar de sabermos que a academia é um lugar muito competitivo, Pierucci mostrou que isso poderia ser diferente”.

“O próprio Pierucci ria muito dessa ‘palhaçada’ que estamos fazendo aqui, agora. Ele era um misto de rigor e irreverência”, comentou o professor Chico de Oliveira.

ENCONTROS DE ARTES AFRO-BRASILEIRAS: TRADIÇÕES ORAIS E ARTES CORPORAIS

POR LUIS RICARDO BÉRGAMO



Os Professores Doutores João Baptista Borges Pereira e John Cowart Dawsey, ambos do Departamento de Antropologia da FFLCH, prestigiaram no dia 23 de maio a abertura dos “Encontros de Artes Afro-Brasileiras: Tradições Oraís e Artes Corporais”, evento promovido pelo Núcleo de Extensão e Cultura em Artes Afro-Brasileiras da Universidade de São Paulo.

A primeira edição do encontro, em que estiveram presentes membros da Associação dos Sambadeiros e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA), contou ainda com a participação do Pró-Reitor Adjunto de Extensão da USP, Prof. Dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres, do Professor da Faculdade de Educação da USP, Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos, além de professores e pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Com o objetivo de discutir tradições

orais e artes corporais, bem como os conhecimentos populares e acadêmicos produzidos a partir deste tema, o encontro ofereceu três dias de debates teóricos e atividades práticas que proporcionaram contato com a tradição do samba de roda do Recôncavo Baiano.

Para o segundo semestre, o Núcleo prepara outro encontro, que dará continuidade ao Ciclo de Comemorações em celebração pelos 15 anos de trabalho do

Grupo de Capoeira Angola Guerreiros de Senzala na USP e pelos 5 anos de criação do Núcleo de Extensão e Cultura em Artes Afro-Brasileiras.

O Núcleo de Extensão e Cultura em Artes Afro-Brasileiras fica na Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 5 - Bloco 28. Conj. dos Barracões, Cidade Universitária. É coordenado por Eliany Cristina Ortiz Funari, Joao Luis Uchoa, Luiz Antonio Nascimento Cardoso e Thiago Mendes.



PROFESSOR ABRE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COM CRÍTICAS E ALERTAS PARA OS FUTUROS PROFISSIONAIS EM ARQUEOLOGIA NO PAÍS

POR JULIANA PENNA



“Redução do museu ao virtual é um engano grosseiro”, afirmou o professor **ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES** na aula inaugural do curso de pós-graduação em Museologia da USP. O curso, que foi o segundo da área a surgir no país e o primeiro a conceder títulos acadêmicos de Arqueologia, é ministrado pelos quatro museus da USP, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Museu Paulista (MP) e o Museu de Zoologia (MZ).

O Prof. Ulpiano lança polêmicas sobre alguns dos museus mais recentes e bem-sucedidos da cidade de São Paulo, como o Museu do Futebol e o Museu da Língua Portuguesa, mas não com a intenção conservadora que sua declaração parece inicialmente transmitir.

Para o palestrante da primeira aula do curso, faltam recursos tecnológicos para que esses museus cumpram satisfatoriamente suas funções. “Não há nenhum mal intrínseco nas mudanças tecnológicas, mas sim na maneira em que nos utilizamos delas”, afirmou o docente.

Ulpiano acredita que a ‘virtualização’ do museu não é fenômeno de origem recente e tem suas raízes na própria formação do con-

ceito de “museu moderno”, datada no período do iluminismo.

Ao mesmo tempo em que não se pode desvincular o imaterial do material, para o Professor Ulpiano, as exposições atuais não estabelecem vínculo entre o objeto e o conhecimento, tornando a exposição uma construção de memória degradada, alheia à experiência.

O palestrante associa essa tendência também à chamada crise da representatividade. Segundo o professor, na sociedade atual, este

fato se relaciona às falhas do sistema político e, conseqüentemente, da democracia representativa no Brasil; assim como ao que ele chama de “hipertrofia da visão”, decorrente da profusão de estímulos visuais a que estamos submetidos hoje.

Dessa forma, a tecnologia, na concepção dos museus atuais, é utilizada basicamente para tornar exposições mais palatáveis ao público por meio da interatividade. Assim, o museu perde sua especificidade, digerida pelo entretenimento, e não cumpre sua função perante a sociedade, que é a transmissão do conhecimento aliada à formação do espírito crítico no público.

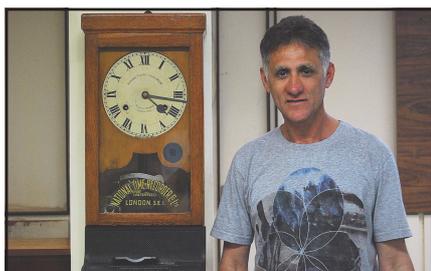


ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO

A HISTÓRIA DO RELÓGIO DE PONTO

FRANCISCO CARNEIRO

FUNCIONÁRIO DO SERVIÇO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO



Comecei a trabalhar na USP no ano de 1985, na Seção de Marcenaria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Neste mesmo ano assumia o cargo de diretor da

FFLCH o Prof. João Baptista Borges Pereira. O chefe da marcenaria era o senhor Antonio de Oliveira, mais conhecido como Toninho.

Certo dia, Toninho incumbiu-me de tirar medidas para fazer um móvel que serviria de suporte para um antigo relógio de ponto. Na ocasião, estavam presentes o então diretor, Prof. João Baptista Borges Pereira, e o senhor Paulo Rosa, chefe do Serviço de Patrimônio à época, encarregado de acertar a transferência do tal relógio de ponto para a sala da diretoria. O antigo relógio, que por anos havia servido para marcar o ponto dos funcionários, tornava-se assim adorno na sala da direção da Faculdade.

O tempo passou, vieram outras gestões, com os professores João Alexandre Barbosa; Adilson Avansi

Abreu; João Baptista Borges Pereira (novamente); Francis Henrik Aubert; Sedi Hirano, Gabriel Cohn, e Sandra Margarida Nitrini, atual diretora, que fez algumas mudanças na sala. A Profa. Sandra optou por expor os móveis antigos no saguão e, com eles, o relógio de ponto.

Em novembro de 2011, em conversa informal com o Prof. João Baptista, soube um pouco mais sobre a história do relógio de ponto: “Quando eu era aluno na Maria Antonia, na década de 60”, contou-me o professor, “conversando com o então chefe do almoxarifado, o senhor Paulucci, vi um relógio de ponto inglês abandonado no chão do depósito. Perguntei-lhe por que ele não mandava peça tão valiosa historicamente para a sala da Diretoria. Ele pousou a mão em meu ombro e disse: ‘quando você for diretor da Faculdade eu te dou este relógio’. O tempo passou e no primeiro dia de minha primeira gestão convidei o Paulucci a vir ao gabinete. Ele veio com aquele sorriso permanente que todos conheciam. Disse-lhe: ‘Cheguei a Diretor, pode mandar o relógio para cá’”.

Hoje o relógio está no saguão do prédio da administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

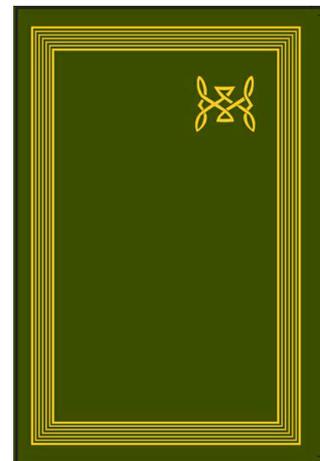
PRODUÇÃO CIENTÍFICA

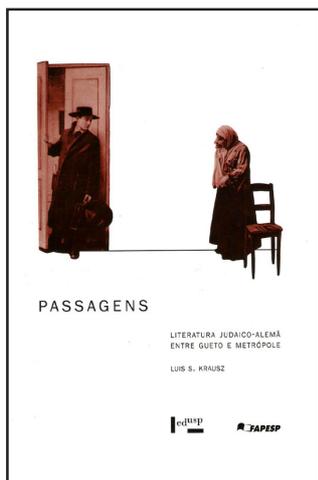
LECTURES 2011

MUNIRA MUTRAN E LAURA IZARRA (Orgs.)

Lectures 2011, segundo volume da série de livros da Cátedra de Estudos Irlandeses W.B. Yeats, reúne conferências de professores convidados a cada ano. O presente volume contém os ensaios escritos pelas professoras Maureen Murphy (Hofstra University, NY), Margaret Mc Curtain (University College Dublin) e Walnice Nogueira Galvão (FFLCH-USP), além de palestra do professor Shaun Richards (Staffordshire University, UK), crítico literário que abriu o VI Simpósio de Estudos Irlandeses na América do Sul.

Editora Humanitas





PASSAGENS: LITERATURA JUDAICO-ALEMÃ ENTRE GUETO E METRÓPOLE

LUÍS SÉRGIO KRAUSZ

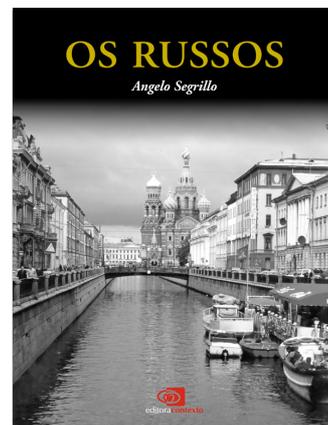
Na literatura judaica de língua alemã, e em especial no romance judaico-alemão dos séculos XIX e XX, vê-se representado, com frequência, o encontro entre a cultura tradicional judaica da Europa do Leste com a cultura alemã. Assimilação e aceitação, exclusão e exílio são recorrentes, e que tem como um de seus temas o retrato das dificuldades, idealizações, ambições e nostalgias que decorrem da passagem do gueto para a metrópole. O universo assim representado é, portanto, um território instável, de confronto de culturas e de busca por síntese, cuja dinâmica é muitas vezes determinada pela tentativa, nem sempre bem-sucedida, de superar polaridades. O propósito deste livro é investigar, à luz da literatura e do desenvolvimento histórico, as transformações na imagem do

Ostjude (judeu do Leste, tradicionalista) na literatura judaica de língua alemã, tomando como ponto de partida obras de ficção e o contexto histórico-social em que surgiram, como espelhos que se refletem mutuamente.

Editora Edusp

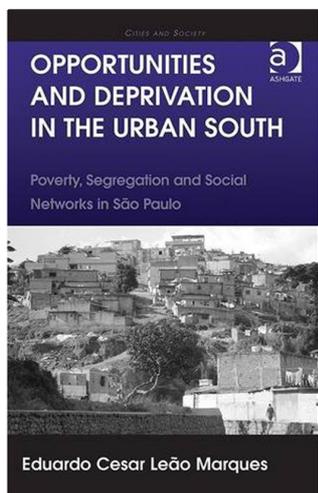
OS RUSSOS

ANGELO SEGRILLO



Eles vivem em um país tão vasto que faz o Brasil parecer pequeno. Protagonistas da Revolução Socialista de 1917, da Guerra Fria e, hoje, integrantes do G8, são músicos magníficos, possuem uma literatura marcante e destacam-se nos eventos esportivos mundiais. Um pouco europeus, um pouco asiáticos, um pouco ocidentais, um pouco orientais, os russos abrigam uma enorme diversidade de nações e culturas. Sofreram com a servidão até 1861 e, mal entrados no capitalismo, embarcaram em quase sete décadas de comunismo. Milhões morreram nas duas guerras mundiais. Viveram momentos de extrema privação ao mesmo tempo em que ganharam o status de superpotência. O capitalismo selvagem dos anos 1990 começou assustando a maioria do povo, mas hoje a Rússia volta a ser uma protagonista mundial. Assim são os russos, descritos neste livro com carinho por um autor brasileiro que os conhece de perto.

Editora Contexto



OPPORTUNITIES AND DEPRIVATION IN THE URBAN SOUTH

EDUARDO CESAR LEÃO MARQUES

Foi recentemente lançado no Reino Unido *Opportunities and Deprivation in the Urban South Poverty: Segregation and Social Networks in São Paulo*, Ashgate, 198 p., livro do professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH, Eduardo Marques.

O trabalho, baseado na tese de livre-docência do pesquisador, foi lançado no Brasil em setembro de 2010 pela Editora Unesp, com o título *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*.

Para mais informações, acesse: http://www.ashgate.com/default.aspx?page=637&calcTitle=1&title_id=11630&edition_id=15164

Editora Ashgate

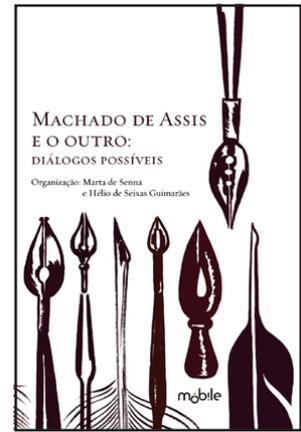
MACHADO DE ASSIS E O OUTRO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

MARTA DE SENNA E HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES (Orgs.)

O “outro” que está no título deste livro refere-se a um conjunto variado de escritores com os quais Machado dialogou em sua obra. Nomeadamente, Camões, Shakespeare, Pascal, Dumas, Gauthier, Faustino Xavier de Novais, Camilo e Conrad. Portanto, escritores da França, Inglaterra e Portugal, de vários tempos e estaturas. O que os reúne aqui é o fato de terem sido interlocutores privilegiados do poeta, cronista, autor de teatro, contista e romancista Machado de Assis.

Em cada um dos ensaios deste volume, um especialista propôs-se a especificar a relação de Machado com um daqueles autores. No conjunto, o que se revela neste livro é o modo abrangente e variado com que Machado exerceu algo marcante em sua atividade como escritor: o trabalho permanente de alusão, citação e recriação de um repertório imenso de referências e modelos vindos de vários tempos e quadrantes.

Mais de meio século antes de Jorge Luis Borges propor que a tradição literária latino-americana é toda a cultura ocidental, Machado punha em prática a proposição, servindo-se da tradição do Ocidente para compor seu singularíssimo universo literário.



Editora Mobile

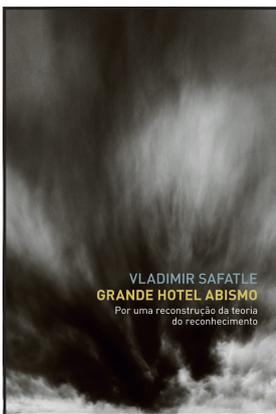
GRANDE HOTEL ABISMO: POR UMA RECONSTRUÇÃO DA TEORIA DO RECONHECIMENTO

VLADIMIR PINHEIRO SAFATLE

Certo dia, Georg Lukács resolveu ironizar os filósofos da Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno. Seu pretense negativismo em relação ao curso do mundo, sua ânsia em descrever os impasses da razão, assim como os momentos nos quais nossos regimes de apreensão categorial desabam, isto sem aparentemente fornecer esquemas práticos de engajamento, exasperavam Lukács ao ponto de este afirmar que os frankfurtianos viviam no Grand Hotel Abgrund (Grande Hotel Abismo). Como quem mora em um Grande Hotel belo e melancólico, pois guardião dos últimos resquícios da civilização letrada, mas cuja sacada dá diretamente para um abismo. Lukács, no entanto,

não percebeu que acabara por fornecer involuntariamente uma bela definição da exigência fundamental da filosofia: essa exigência de se confrontar com o caos, confrontar-se com o que aparece a um certo conceito de razão como abismo, e sentir-se bem. Pois esse sentimento nasce da certeza de que não devemos ter medo de ir aonde não encontramos mais as luzes projetadas por nossa própria imagem.

Editora WMF Martins Fontes



CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARA A POLÍTICA HABITACIONAL

MARTA ARRETCHE (Org.)

Na publicação são investigadas as capacidades dos municípios brasileiros para executar políticas de habitação, examinando a evolução dos instrumentos de gestão destas políticas ao longo da década de 2000. Além disso, a obra mapeia os principais programas adotados pelos municípios e as formas de cooperação intergovernamental. Os pesquisadores propõem uma nova metodologia que possa ser aplicada em estudos futuros.

A íntegra da versão eletrônica do livro pode ser acessada em http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/livro_capacidades_administrativas_dos_municipios_brasileiros_para_a_politica_habitacional_2012.pdf

Centro de Estudos da Metrópole (CEM), junto ao Ministério das Cidades





A NARRATIVA ENGENHOSA DE MIGUEL DE CERVANTES: ESTUDOS CERVANTINOS E A RECEPÇÃO DO QUIXOTE NO BRASIL

MARIA AUGUSTA DA COSTA VIEIRA

Este livro é dedicado à obra de Cervantes, mais precisamente ao Dom Quixote e a algumas das Novelas Exemplares. O trabalho divide-se em duas partes: a primeira diz respeito à recepção do Quixote no Brasil, abrangendo a crítica literária e a literatura, enquanto a segunda trata especificamente dos estudos cervantinos. Na parte relativa à recepção, o critério quantitativo, no sentido de incluir a multiplicidade de alusões, não teve vez, optando-se pela sistematização, por meio de uma seleção de reescrituras – entendidas num sentido amplo – do que poderia representar a recepção do Quixote no contexto brasileiro. A segunda parte, por outro lado, concentra-se essencialmente na obra de Cervantes, tendo em conta os referenciais de composição poética vigentes nos séculos XVI e XVII, com a preocupação de contemplar algumas perspectivas de leitura, entre elas a dos tratados de civildade e as práticas de representação próprias da sociedade de corte.

Editora Edusp

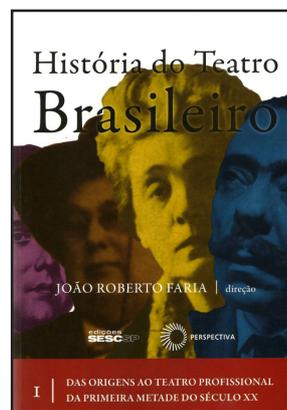
HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO, VOLUME 1: DAS ORIGENS AO TEATRO PROFISSIONAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

JOÃO ROBERTO FARIA

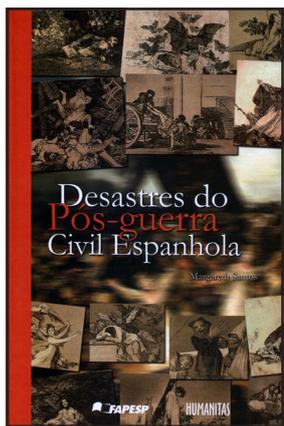
Com este primeiro volume da *História do Teatro Brasileiro*, vai chegando a termo um projeto longamente acalentado pela editora Perspectiva, o qual, a partir de 2002, começou a ser concretizado, sob a direção de João Roberto Faria, com a participação de um corpo de colaboradores de notória competência teórica e crítica e ora coeditado pelas Edições Sesc-SP. Trata-se, pois, de uma obra coletiva; e nem poderia ser diferente dada a amplitude, diversidade e profundidade que o movimento teatral e os trabalhos em arte dramática assumiram em nosso país como efetiva resposta do que ocorre internacionalmente nesse domínio. E, pelo que se poderá ler neste tomo, ver-se-á, queremos crer, que ele reúne não só o saber e a pesquisa dos autores participantes como, no conjunto, uma concepção historiográfica que, sem atribuir peso descabido à sua novidade, traduz os debates, os pontos de vista e os reclamos dos processos artísticos, sociais e culturais ora em curso nos palcos nacionais sob as luzes eletrônicas e globalizadas da atualidade cênica. Não será, portanto, pretensão afirmar que uma súpula dessa natureza, de há muito desejada pela crítica e pelos estudiosos do teatro na universidade, na imprensa e, mais que todos, pelos que praticam diurnamente a arte da representação clássica ou performática, encontra-se agora à disposição do público leitor.

Atento às várias épocas e modos de realizar a arte teatral no Brasil, este primeiro volume, *Das Origens ao Teatro Profissional da Primeira Metade do Século XX*, considera e avalia as suas inter-relações e diferenças. O teatro jesuítico, por exemplo, requer uma abordagem diacrônica, voltada mais para um trabalho arqueológico, em virtude da escassez documental e textual em que está envolvido esse fazer teatral, muito embora as páginas a ele dedicadas tenham recebido o sopro de uma tentativa de captar sua realidade enquanto expressão de uma arte que só se materializa por sua vida no aqui e agora.

Assim sendo, relevam não só os aspectos ligados ao escrito dramaturgício, como tudo o que ele envolvia para expor-se e comunicar-se com seu espectador, num movimento de captura do processo vivo das primeiras manifestações teatrais no Brasil Colônia. Subsequentemente, o mesmo propósito e os mesmos instrumentos de abordagem estendem-se aos desdobramentos anteriores do teatro em cena até meados do século XX, quando o “teatrão”, embora conservando espetáculos e artistas de vitalidade convincente, é questionado por novas propostas com atrevimentos da vanguarda e embasamento nas realidades socioculturais de novas formas da existência coletiva. É claro que esse percurso diacrônico propõe, desde logo, um enfoque mais centrado no exame crítico e teórico sincrônico dos problemas constantes na ordem do dia do teatro contemporâneo - é o que faz *Do Modernismo às Tendências Contemporâneas*, o segundo volume desta *História do Teatro Brasileiro*.



J. Guinsburg
Editora Perspectiva



DESASTRES DO PÓS-GUERRA CIVIL ESPANHOLA

MARGARETH DOS SANTOS

A obra de Margareth dos Santos oferece ao leitor brasileiro a possibilidade privilegiada de entrever as dimensões devastadoras da Guerra Civil Espanhola, bem como a profunda ferida que esta provocou naquela sociedade e que ainda hoje, mais de setenta anos depois, não está cicatrizada. A amplitude e a densidade do significado de “desastres”, proposto no título, só conhecerá o leitor ao acompanhar o percurso da complexa reflexão da autora que transita pelas relações entre artes plásticas e literatura como processos simbólicos mergulhados no contexto histórico, para interpretar o diálogo entre, de um lado, dois dos mais importantes romances espanhóis escritos durante o franquismo – *Nada*, de Carmen Laforet, e *Tiempo de silencio*, de Luis Martín Santos – e, de outro lado, duas séries de gravuras de Goya: *Los caprichos* e *Los desastres de la guerra*.

Editora Humanitas

DEMOCRACIA, FEDERALISMO E CENTRALIZAÇÃO NO BRASIL

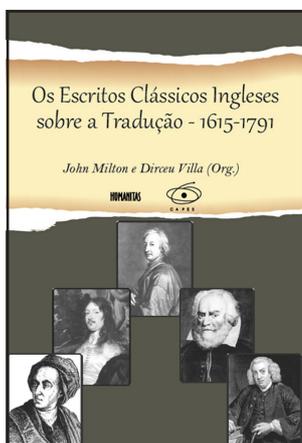
MARTA ARRETICHE

Apesar de centralizada, federação brasileira permite aos governos locais inovarem na execução de políticas públicas

As primeiras avaliações após a Constituição de 1988 foram de que a federação brasileira – União, estados e municípios – operando de forma descentralizada, fortaleceria a democracia. Passada a euforia inicial, emergiram as críticas, segundo as quais essa descentralização poderia, ao contrário, funcionar como um obstáculo à democracia, pois a autonomia de estados e municípios dificultaria ações unificadas, gerando desequilíbrios entre as unidades constituintes. Em seu livro *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*, Ed. Fiocruz/Ed. FGV, com base em evidências empíricas de longas séries históricas e informações abrangentes, a cientista política Marta Arretiche discorda das duas abordagens anteriores e apresenta uma nova leitura: o sistema federativo brasileiro é bastante centralizado, o que não deve ser confundido com ausência de mecanismos de frear a influência do governo central – apesar da forte presença da União, estados e municípios são atores relevantes na formulação e implementação de políticas públicas.

“A presente investigação parte do pressuposto teórico de que Estados federativos não produzem necessariamente dispersão da autoridade política”, adianta Marta. “O livro sustenta que, ao longo do século 20, a federação brasileira tornou-se altamente integrada, ainda que cada nível de governo seja dotado de autoridade política própria. O processo de construção do estado nacional operou no sentido da centralização da autoridade política”, completa. A pesquisa que originou o livro analisou duas dimensões: o poder de veto das unidades constituintes nas arenas decisórias centrais e a autonomia dos governos subnacionais para decidir sobre suas próprias políticas.

Editora FGV



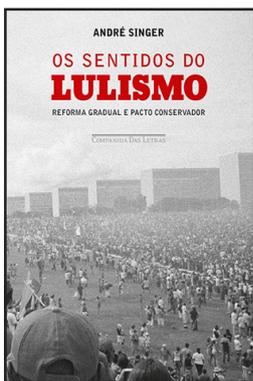
OS ESCRITOS CLÁSSICOS INGLESES SOBRE A TRADUÇÃO-1650-1791: A TEORIA DOS ESCRITORES INGLESES AUGUSTANOS SOBRE A TRADUÇÃO

JOHN MILTON E DIRCEU VILLA (Orgs.)

Na Inglaterra, na segunda metade do século XVII e no século XVIII, a época augustana, poetas como John Denham, John Dryden, Abraham Cowley e Alexander Pope, e os críticos Dr. Samuel Johnson e Alexander Woodhouselee (Lord Tytler) teorizaram sobre o relacionamento entre o original e a tradução, a liberdade que o tradutor deveria ter e a melhor maneira de chegar a uma boa tradução. Este último foi o primeiro crítico a propor regras que o tradutor deveria seguir.

O livro reúne os mais interessantes escritos sobre o tema deste período, que foi um momento chave para as ideias sobre a tradução, muitas das quais ainda são muito importantes para teóricos e tradutores.

Editora Humanitas



OS SENTIDOS DO LULISMO: REFORMA GRADUAL E PACTO CONSERVADOR

ANDRÉ SINGER

Em novembro de 2009, a prestigiosa revista Novos Estudos, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), publicou um artigo de André Singer que já se tornou um marco da ciência política brasileira. Escrito durante o auge da popularidade desfrutada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” analisava o grande realinhamento eleitoral ocorrido no país durante o pleito de 2006. O subproletariado - isto é, a massa de dezenas de milhões de pessoas excluídas das relações de consumo e trabalho, e que sempre havia se mantido distante da ameaça de “desordem” representada pela esquerda - aderiu em bloco à vitoriosa candidatura à reeleição. Ao mesmo tempo, a classe média tradicional se afastou de Lula e do PT após as denúncias de corrupção que originaram o caso do “mensalão”. Invertia-se, desse modo, a trajetória eleitoral do partido e de seu principal líder, até então apoiados majoritariamente pelos eleitores urbanos e pelos estratos sociais de maior renda e instrução.

Neste ensaio inédito, muito aguardado pelos observadores e atores da política nacional e que cristaliza suas reflexões sobre o tema, o autor explica como a manutenção da estabilidade econômica e as ações distributivas patrocinadas pelo Estado estão na raiz do massivo apoio das classes populares a Lula - e, a partir de 2010, a sua pupila Dilma Rousseff. Grande conhecedor dos bastidores do PT e do primeiro governo Lula, Singer realiza uma aguda radiografia das relações de classe e poder no Brasil.

Companhia das Letras

REDES SOCIAIS NO BRASIL: SOCIABILIDADE, ORGANIZAÇÕES CIVIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUARDO MARQUES (Org.)

Este livro reúne investigações produzidas no Centro de Estudos da Metrópole (CEM) mobilizando redes sociais analiticamente. Como amplamente destacado em anos recentes, as redes sociais compõem o tecido das relações entre indivíduos, grupos e entidades que estruturam os campos onde fenômenos sociais acontecem. Apesar da ampla utilização recente das redes como metáfora de fenômenos sociais, são raros os trabalhos brasileiros que têm se debruçado sobre a investigação empírica das estruturas relacionais e suas consequências utilizando as metodologias desenvolvidas especificamente para análise do fenômeno em nível internacional. O presente livro contribui para o preenchimento de tal lacuna, ao apresentar resultados de um conjunto de investigações sobre redes sociais na reprodução das situações de pobreza, em práticas culturais e associativas, na busca de emprego, e na formulação e implementação de políticas públicas. Em seu conjunto, esses trabalhos contribuem com o avanço em nosso conhecimento sobre a importância das estruturas relacionais.

Editora Fino Traço/CEM



TEXTO OU DISCURSO?

BETH BRAIT E MARIA CECÍLIA SOUZA-E-SILVA (Orgs.)

Texto é discurso? Pode ser discurso? Discurso e texto são sinônimos, são conceitos redundantes? Esta obra surge da necessidade de se obter respostas a essas questões e, para isso, foram mobilizados alguns dos mais ilustres linguistas brasileiros e de outros países, como Beth Brait, Danielle Zaslavsky, Décio Rocha, Diana Luz Pessoa de Barros, Dominique Maingueneau, Ingedore Villaça Koch, José Luiz Fiorin, Josiane Boutet, Maria Cecília Souza-e-Silva, Maria Helena de Moura Neves, Marli Quadros Leite, Sírio Possenti, Teun A. van Dijk e Tony Berber Sardinha. Após ler os instigantes capítulos deste livro, o leitor constatará que texto e discurso têm acepções diversas em diferentes tendências, razão pela qual não falamos, necessariamente, a mesma coisa quando nos referimos a esses dois conceitos. As variações envolvem pontos de vista teóricos e metodológicos diferenciados, implicando diferentes concepções e abordagens da linguagem. É esse o sentido assumido pela interrogação presente no título, objetivando respostas que representem as muitas vozes, advindas de diferentes lugares teóricos, focalizando texto e discurso de forma prática.

Editora Contexto

Para mais conteúdo, visite a página do Serviço de Comunicação Social:

- Entrevista com os professores sobre o ensino e a USP,
- Cobertura de eventos realizados na FFLCH,
- Notícias sobre prêmios e homenagens recebidos por professores e alunos da FFLCH,
- Produção bibliográfica de nossos professores.

www.comunicacao.fflch.usp.br

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – nº 69 agosto/setembro de 2012



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – SCS

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
São Paulo / SP
Telefones: 3091-4612 / 4938 / 1513

